



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro-Ministro*


Exmo. Senhor  
Prof. Doutor José Alberto de Azeredo Lopes  
Presidente do Conselho Regulador da  
Entidade Reguladora para a  
Comunicação Social  
Avenida 24 de Julho, nº 58 B  
1200-869 Lisboa

Exmo. Senhor Presidente

Cumpre-me remeter a V. Exa. uma carta do Senhor Primeiro Ministro, Eng.º José Sócrates.

Com os meus melhores cumprimentos

O Chefe de Gabinete



Pedro Loufite

iv/pl

Exmo Senhor  
Presidente da ERC

Veio recentemente ao meu conhecimento, proporcionado pela divulgação pública da deliberação dessa Entidade Nº 1/IND/2007, que o director do jornal "Público" afirmou, em depoimento prestado à ERC, que, em conversa telefónica comigo, eu teria dito ou insinuado que *"fiquei com uma boa relação com o seu accionista e vamos ver se isso não se altera"*. Segundo consta da acta do seu depoimento, o mesmo Senhor teria acrescentado: *"É uma interpretação subliminar dizer que sempre existiu uma boa relação com o accionista (e admitir que ela poderia ser posta em causa?)"*.

Deste modo sibilino o Senhor Director do Público terá querido fundamentar a existência de "pressões" do Primeiro-Ministro sobre o seu jornal, a propósito dos boatos e insinuações a que deu guarida acerca da minha licenciatura.

Não posso deixar sem um desmentido formal e categórico essa afirmação ou insinuação do director do Público.

Em momento algum, na única conversa telefónica que tive com ele, fiz qualquer referência susceptível de ser interpretada, ainda que, "subliminarmente" do modo como ele a relatou à Entidade a que V. Exa preside.

A este propósito, desejo ainda deixar bem claro o seguinte:

A conversa telefónica referida pelo Senhor director do Público – única que tive com ele – não foi de minha iniciativa, foi antes insistentemente pedida por ele, como ele próprio reconheceu no depoimento em causa.

O meu assessor de imprensa transmitiu-me o pedido insistente do director do Público para falar comigo, convidando-me até para almoçar, pedido a que nunca acedi. Foi nesse circunstancialismo que acedi à conversa.

A prova cabal da inexistência de qualquer pressão é o próprio Público que se encarrega de a fazer, ao reconhecer que *“o resultado dessa investigação, assim como os passos dados pelo jornalista para recolher a informação aqui reunida... só foi possível porque o próprio primeiro-ministro deu autorização para que consultássemos o seu processo individual na Universidade Independente”* (afirmação inserta na primeira notícia sobre o caso, na edição de 22.03.2007).

E não seria muito estranho e contrário à relação de transparência do jornal para com os seus leitores – como notou o Provedor do Público na edição de 28 de Setembro último – que, a ter existido *“pressão”*, o director do jornal a não tivesse revelado no momento próprio e nas páginas do seu jornal?

Permito-me ainda sublinhar a falta de frontalidade com que a insinuação é transmitida, reconhecendo o seu autor tratar-se de *“uma interpretação*

*subliminar*”, deixando, assim, a pairar uma suspeita indefinida, agravada pelo facto de se tratar de uma conversa entre duas pessoas, impossível de reproduzir ou de provar documentalmente o que foi dito.

Finalmente, não posso deixar de recordar que não é a primeira vez que o director do Público falta à verdade a meu respeito. Já antes o tinha feito na televisão, tendo, mais tarde, reconhecido e lamentado o erro que cometeu. Mas fê-lo agora de forma especialmente covarde – em declarações num processo que eu não poderia conhecer, estando, portanto, impedido de me defender. Felizmente essas declarações são agora públicas; e isso permite-me repor a verdade e afastar a desprezível deturpação do que realmente se passou.

Agradecendo que esta minha carta fique a constar do respectivo processo,

*cumprimento-o, com consideração,  
e estima, o seu,*

*João Luís*